



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
CONSELHO SUPERIOR

RESOLUÇÃO Nº 48-CONSUP/IFAM, 16 DE JULHO DE 2021.

Aprova o Regimento Interno do Programa de Pós-Graduação em Ensino Tecnológico – PPGET, que compreende o Mestrado Profissional em Ensino Tecnológico – MPET e o Doutorado Profissional em Ensino Tecnológico – DPET do IFAM.

O REITOR *PRO TEMPORE* DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS – IFAM, no uso de suas atribuições legais e estatutárias que lhe confere o Decreto Presidencial de 08/06/2021, publicado no Diário Oficial da União – DOU Nº 106, de 09/06/2021, Seção 2, pág. 1, e, conforme disposto no § 1º do art. 10 da Lei Nº 11.892, de 29/12/2008 e o inciso V do art. 17 da Resolução nº 20-CONSUP/IFAM, de 26/06/2013, e;

CONSIDERANDO o que consta no processo nº 23443.022686/2020-38 que trata do Regimento Interno do Programa de Pós-Graduação em Ensino Tecnológico – PPGET que compreende o Mestrado Profissional em Ensino Tecnológico – MPET e o Doutorado Profissional em Ensino Tecnológico – DPET do IFAM, encaminhado ao Conselho Superior por meio do DESPACHO Nº 19266/2021 – CONSEPE, de 14/06/2021;

CONSIDERANDO a designação do conselheiro Jackson Pantoja Lima como relator do processo acima identificado, que constou na Pauta da 50ª Reunião Ordinária do Conselho Superior, realizada no dia 28/06/ de forma remota;

CONSIDERANDO o Parecer favorável e Voto do conselheiro relator **pela Aprovação sem Ressalvas** da referida matéria;

CONSIDERANDO a decisão do colegiado, a matéria foi aprovada por unanimidade pelos conselheiros de acordo com o Parecer e Voto do relator, em sessão da 50ª Reunião Ordinária do CONSUP;

CONSIDERANDO o inciso V do art. 17 da Resolução nº 20-CONSUP/IFAM/2013 e o art. 12 combinado com o inciso X do art. 42, do Regimento Geral do IFAM, aprovado pela Resolução nº 2, de 28/03/2011 e a Recomendação nº 26-CONSEPE/IFAM, de 14/06/2021,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Regimento Interno do Programa de Pós-Graduação em Ensino Tecnológico – PPGET que compreende o Mestrado Profissional em Ensino Tecnológico – MPET e o Doutorado Profissional em Ensino Tecnológico – DPET, ofertados pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM, conforme consta no processo nº 23443.022686/2020-38, na forma do Anexo.

Art. 2º Referendar os efeitos da Resolução nº 10-CONSUP/IFAM, de 12/02/2021, até a presente data.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Dê-se ciência, publique-se, cumpra-se.

Reitor e Presidente do Conselho Superior



ANEXO

REGIMENTO INTERNO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO TECNOLÓGICO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS – IFAM

TÍTULO I DA FINALIDADE, OBJETIVOS E LINHAS DE PESQUISA

Art. 1º Este Regimento disciplina a organização e funcionamento do Programa de Pós-Graduação em Ensino Tecnológico – PPGET, constituído dos cursos de Mestrado e Doutorado Profissional em Ensino Tecnológico, ofertados pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM.

Art. 2º O PPGET/IFAM tem como objetivo a formação de recursos humanos qualificados para o exercício das atividades de pesquisa e/ou docência, gerando processos e produtos para atender às demandas sociais, organizacionais ou profissionais do segmento do ensino no contexto amazônico e nacional.

§ 1º O Mestrado tem por objetivo formar pesquisadores e profissionais capazes de contribuir para a mudança do estado de consciência de professores, discentes, pesquisadores e demais segmentos institucionais e sociais quanto à eficácia e eficiência do Ensino Tecnológico em organizações públicas e privadas, por meio da solução de problemas e da geração de processo e/ou produtos de inovação na área do Ensino.

§ 2º O Doutorado tem por objetivo formar pesquisadores e profissionais capazes de investigar objetos e/ou fenômenos emergentes e complexos relacionados tanto aos Processos Formativos de Professores quanto aos Meios e Recursos para o Ensino-Aprendizagem nos diferentes níveis e modalidades de ensino, dando aqueles objetos e/ou fenômenos um rigoroso e diferenciado tratamento, evidenciado nos resultados, transformados em processos e/ou produtos científicos, tecnológicos, artísticos ou literários (elaborados, (re)aplicados e validados) como contribuição ao desenvolvimento e à inovação.

Art. 3º O PPGET/IFAM está situado na área de concentração Processos e Produtos para o Ensino Tecnológico, organizado em torno de duas linhas de pesquisa:

I - Processos para a Eficácia na Formação de Professores e no Trabalho Pedagógico em Contextos de Ensino Tecnológico: investiga questões emergentes centradas tanto em tendências e situações formativas de professores quanto em vivências e experiências decorrentes do trabalho pedagógico do professor que atua, preferencialmente, em contextos de Ensino Tecnológico. Atua sempre com o propósito de realizar, executar e validar processos e/ou produtos científicos, tecnológicos, artísticos ou literários, visando à eficácia na formação dos professores; e



II - Alternativas Mediadoras para Eficácia do Ensino e Aprendizagem em Contextos Tecnológicos: Investiga os conceitos que nucleiam questões emergentes sobre estratégias e metodologias para o Ensino Tecnológico e também propõe, executa e valida alternativas diferenciadas e inovadoras, na condição de produto científico, tecnológico, artístico ou literário como contribuição para mudanças significativas no processo de ensino-aprendizagem.

TÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E ACADÊMICA

CAPÍTULO I

DA ESTRUTURA BÁSICA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO TECNOLÓGICO

Art. 4º A Administração do PPGET/IFAM se efetivará por meio de:

- I - Colegiado do Programa;
- II - Coordenação do Programa;
- III - Secretaria Acadêmica do Programa;
- IV - Comissão de Bolsas do Programa;
- V – Professores.

Seção I

Do Colegiado do Programa

Art. 5º O Colegiado do Programa é o Órgão Superior Deliberativo, sendo constituído pelos:

- I - coordenador de Programa, que atuará como presidente;
- II - vice-coordenador do Programa;
- III - dois professores permanentes de cada linha de pesquisa, eleitos por seus pares;
- IV - dois representantes discente, eleito por seus pares, sendo um do curso de Mestrado e outro do Doutorado.

§ 1º Haverá um (01) suplente eleito(a) para cada representante discente.

§ 2º O mandato dos membros do colegiado será de dois (02) anos, podendo ser reconduzido por igual período.

§ 3º O Colegiado terá reuniões ordinárias e extraordinárias, por convocação do (a) presidente ou mediante solicitação expressa de, pelo menos, um terço (1/3) de seus membros, com a antecedência mínima de quarenta e oito (48) horas.

§ 4º O Colegiado somente deliberará com a maioria simples de seus membros.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
CONSELHO SUPERIOR

§ 5º O(a) Presidente, além do voto comum, em caso de empate, terá também o voto de qualidade.

§ 6º Todo membro do Colegiado com três (03) faltas consecutivas ou seis (06) alternadas, sem justificativa, será desligado do Colegiado e, neste caso, os pares deverão proceder com a eleição de um membro que o substitua no colegiado.

Art. 6º São atribuições do Colegiado:

I - deliberar, em primeira instância, modificações no Regimento Interno do Programa e decidir sobre casos omissos;

II - deliberar sobre propostas de alterações de disciplinas e atividades de ensino, pesquisa e extensão;

III - deliberar sobre a formação de comissão para credenciamento de docentes, dentro das necessidades do Programa e avaliação de desempenho de docentes para fins de credenciamento e descredenciamento;

IV - deliberar sobre as solicitações de descredenciamento de professores que compõem o corpo docente do Programa, atendendo aos critérios estabelecidos pelo Comitê de Área da CAPES ao qual o Programa está vinculado, sendo o credenciamento e credenciamento executado por comissão própria;

V - deliberar sobre a formação de comissão para realização de autoavaliação do Programa e gestão de seus resultados;

VI - deliberar sobre o número de vagas em cada processo seletivo com base na disponibilidade de orientação nas linhas de pesquisa;

VII - deliberar sobre documentos e critérios a serem utilizados na seleção dos candidatos ao Programa, apresentados em edital próprio;

VIII - deliberar sobre a oferta de disciplinas em cada período letivo;

IX - decidir sobre o aproveitamento de créditos obtidos no PPGET e em Programas de outras instituições, nacionais ou estrangeiras, nos limites estabelecidos por este Regimento Interno;

X - propor convênios de interesse para as atividades do Programa, os quais seguirão a tramitação própria da instituição;

XI - decidir sobre a admissão de discentes não regulares (especiais), nos limites estabelecidos por este Regimento e seus artigos;

XII - traçar metas de desempenho acadêmico de discentes e docentes e acompanhar os indicadores de desempenho e produtividade do Programa segundo indicadores da CAPES;

XIII - deliberar sobre relatório de estágio docência dos discentes;

XIV - deliberar sobre o relatório de acompanhamento da prática profissional dos discentes;

XV - deliberar sobre atividades programadas realizadas pelos discentes;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
CONSELHO SUPERIOR

XVI - deliberar sobre o(s) relatório(s) de validação do produto educacional realizado(s) pelos discentes;

XVII - deliberar sobre os nomes dos membros das bancas de exame de qualificação, defesa de dissertação ou tese e produto educacional;

XVIII - deliberar sobre os casos de desligamento de discentes;

XIX - deliberar sobre pedidos de prorrogação de prazos para conclusão do curso;

XX - deliberar sobre pedidos de solicitação de trancamento do curso;

XXI - deliberar sobre mudanças de orientadores e solicitação de inclusão de coorientadores;

XXII - deliberar sobre planos de aplicação de recursos destinados ao Programa;

XXIII - auxiliar a Coordenação e Secretaria Acadêmica do Programa no preenchimento do Coleta CAPES, requerido anualmente.

Seção II

Da Coordenação do Programa

Art. 7º A Coordenação do Programa será exercida por:

I - um Coordenador, professor do quadro permanente do Programa e do IFAM, na ativa, eleito pelos professores permanentes do Programa; e

II - um Vice-Coordenador, indicado pelo Coordenador, dentre os docentes do quadro permanente do Programa e que tem como função colaborar com o Coordenador na gestão de assuntos acadêmicos e administrativos.

§ 1º O mandato do Coordenador será de dois (02) anos, podendo ser renovado uma vez, consecutivamente, por igual período. O mesmo ocorrendo para o Vice-Coordenador.

§ 2º Na ausência e/ou impedimento do Coordenador do Programa, suas funções serão exercidas pelo Vice-Coordenador.

§ 3º Quando o impedimento do Coordenador for de caráter definitivo, o Vice-Coordenador assumirá a Coordenação até a conclusão do mandato, devendo o mesmo, indicar um outro Vice-Coordenador.

Art. 8º Cabe ao Coordenador:

I - presidir as reuniões do Colegiado do Programa;

II - zelar pelo cumprimento do Regimento Interno e demais normas acadêmicas do Programa;

III - planejar as questões acadêmicas e pedagógicas do Programa, submetendo-as à apreciação do Colegiado, quando necessário;

IV - orientar o trabalho da Secretaria Acadêmica do Programa e acompanhar as atividades desenvolvidas;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
CONSELHO SUPERIOR

V - dar encaminhamento às demandas dos gestores do IFAM, assim como das agências de fomento e da CAPES, submetendo suas decisões e encaminhamentos à apreciação do Colegiado, quando necessário;

VI - promover a supervisão didática do Programa, exercendo as atribuições daí decorrentes;

VII - propor aos órgãos competentes providências para melhoria do ensino ministrado no Programa;

VIII - propor a formação de comissões para encaminhar atividades necessárias à manutenção e ao progresso do Programa e o devido acompanhamento destas comissões;

IX - propor, em conjunto com o Colegiado do Programa, a formação de comissão para credenciamento de docentes, dentro das necessidades do Programa e avaliação de desempenho de docentes para fins de credenciamento e descredenciamento;

X - propor, em conjunto com o Colegiado do Programa, a formação de comissão para realização de autoavaliação do Programa e gestão de seus resultados;

XI - representar o Programa sempre que se fizer necessário;

XII - encaminhar, para aprovação no Colegiado, as propostas de ementas de disciplinas do Programa;

XIII - submeter ao Colegiado do Programa, na época devida, o plano de atividades a ser desenvolvido em cada período letivo, incluindo a proposta da lista de ofertas de disciplinas;

XIV - submeter ao Colegiado do Programa os processos de aproveitamento de estudos;

XV - encaminhar, para aprovação do Colegiado do Programa, os nomes dos membros da banca de exame de qualificação, defesa de dissertação ou tese e produto educacional;

XVI - encaminhar, para aprovação no Colegiado, os casos de desligamento e abandono de discentes, de acordo com o que preceitua o presente Regimento;

XVII - encaminhar, para aprovação no Colegiado, os nomes dos orientadores e coorientadores;

XVIII - encaminhar, para aprovação no Colegiado, planos de aplicação de recursos destinados ao Programa;

XIX - encaminhar, para apreciação do Colegiado, as solicitações de descredenciamento de docentes do Programa;

XX - encaminhar à Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação (DIPESP) do *campus*, após aprovação pelo Colegiado, as alterações de disciplinas, de número de créditos ou de qualquer outra modificação na estrutura curricular;

XXI - adotar, em casos de urgência, medidas que se imponham em matéria de competência da Coordenação, submetendo seu ato à ratificação na primeira reunião subsequente;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
CONSELHO SUPERIOR

XXII - orientar e supervisionar o trabalho exercido pela Secretaria Acadêmica do Programa;

XXVIII - supervisionar a gestão de informações para garantir a atualização da página web do Programa, demais meios de comunicação, sistema acadêmico e plataforma de interação com outros órgãos, tais como CAPES e agências de fomentos; e

XXIV - exercer as demais atribuições que se incluam, de maneira expressa ou implícita, no âmbito de sua competência.

Art. 9º Cabe ao Vice-coordenador:

I - auxiliar o coordenador no planejamento das questões acadêmicas, pedagógicas e administrativas do Programa;

II - auxiliar o coordenador na execução e acompanhamento dos assuntos acadêmicos, pedagógicos e administrativos;

III - representar o Programa na ausência do Coordenador;

IV - desempenhar todas as competências do Coordenador quando de sua ausência ou impedimento;

V - colaborar com o coordenador nas atividades referentes à gestão de informações relevantes para garantir a atualização da página web do Programa, demais meios de comunicação, sistema acadêmico e plataforma de interação com outros órgãos, tais como CAPES e agências de fomentos;

VI - auxiliar o coordenador no acompanhamento e atendimento de professores e discentes do Programa; e

VII - auxiliar o coordenador na orientação e supervisão do trabalho da Secretaria Acadêmica do Programa.

Seção III

Da Secretaria Acadêmica do Programa

Art. 10. A Secretaria Acadêmica é responsável pelo atendimento das demandas acadêmicas e administrativas do Programa, tendo por incumbências:

I - assistir e apoiar administrativamente à Coordenação do Programa;

II - superintender os serviços rotineiros do Programa que lhes sejam atribuídos pela Coordenação;

III - manter em dia a documentação e registro acadêmico dos docentes, discentes e técnicos-administrativos;

IV - preparar, assinando com a Coordenação do Programa, documentos relativos ao Histórico Escolar dos discentes;

V - atender ao público externo e interno ao Programa;

VI - desenvolver atividades administrativas atinentes aos processos seletivos de docentes e discentes do Programa e de bolsas de estudo;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
CONSELHO SUPERIOR

- VII - receber e processar os pedidos de matrícula dos discentes, reportando à Coordenação qualquer descumprimento do Regimento Interno quanto a esta questão;
- VIII - secretariar as reuniões do Colegiado e as reuniões Gerais do Programa;
- IX - organizar e preparar a ata e documentação associada para as reuniões dos Professores e do Colegiado do Programa;
- X - comunicar aos interessados as deliberações do Colegiado do Programa;
- XI - processar todos os requerimentos de docentes e discentes do Programa e informar a Coordenação sobre os mesmos;
- XII - efetivar os cadastros no sistema acadêmico (matrículas de discentes, cadastro de professores, turma, disciplinas, etc.);
- XIII - acompanhar o lançamento de notas e frequências pelos professores, organizar o histórico escolar e administrar o dossiê dos discentes;
- XIV - manter atualizada a página web do Programa;
- XV - colaborar com a Coordenação nas atividades referentes à inserção e gestão de informações referentes ao preenchimento do Coleta CAPES na Plataforma Sucupira e demais plataformas de interação com outros órgãos, tais como agências de fomentos;
- XVI - colaborar na elaboração do calendário anual do Programa;
- XVII - zelar pelo cumprimento do calendário e do Regimento Interno do Programa;
- XVIII - distribuir e arquivar documentos relativos às atividades acadêmicas e administrativas de professores e discentes;
- XIX - manter atualizado o arquivo de dispositivos legais e demais documentos (memorandos, ofícios, portarias, etc.) referentes ao Programa;
- XX - manter atualizado o arquivo de documentação de inventário de equipamentos e materiais do Programa;
- XXI - preparar, com antecedência, a documentação requerida para a realização das sessões de seminário de projetos, workshops de pesquisa, exame de qualificação, defesa de dissertação ou tese e produto educacional;
- XXII - secretariar as sessões destinadas aos exames de qualificação, às defesas de dissertação ou tese e de produto educacional, assim como as demais atividades acadêmicas que forem demandadas pela Coordenação do Programa;
- XXIII - auxiliar a Coordenação e a Comissão de Bolsas do Programa no controle e acompanhamento dos bolsistas, assim como nos relatórios de prestação de contas requeridos pelas agências de fomento;
- XXIV - expedir aos (as) professores (as) e discentes, em tempo hábil, as convocações para reuniões e os avisos de rotina;
- XXV - dar encaminhamento administrativo em solicitação de passagens e diárias, quando couber;
- XXVI - proceder com a conferência de documentação de discentes para a integralização de créditos;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
CONSELHO SUPERIOR

XXVII - protocolar e dar o devido encaminhamento aos processos acadêmicos relativos a aproveitamento de créditos, revisão de notas, trancamento de matrícula, pedidos de prorrogação, entre outros;

XXVIII - protocolar e dar o devido encaminhamento aos pedidos de diploma dos discentes do Programa;

XXIX - encaminhar para a Biblioteca uma versão final da dissertação ou tese e do(s) produto(s) educacional (is) associado(s), com o documento de autorização para publicação devidamente assinado pelos discentes e pelos docentes orientadores, conforme Regimento Interno do Programa; e

XXX - auxiliar a Coordenação na elaboração e atualização de formulários, manuais e outros instrumentos para orientação de professores e discentes e adequada manutenção do Programa.

§ 1º A Secretaria Acadêmica do Programa poderá ser dirigida por um chefe de expediente, a critério do Programa, de acordo com a viabilidade do *campus*.

§ 2º Em caso de direção por um chefe de expediente, este será responsável por:

I - planejar as ações da Secretaria Acadêmica de acordo com as demandas da Coordenação do Programa;

II - auxiliar a Coordenação no gerenciamento das atividades acadêmicas e administrativas do Programa;

III - articular as incumbências da Secretaria de acordo com as demandas da Coordenação do Programa e com o planejamento de ações;

IV - orientar e supervisionar as ações desenvolvidas pela Secretaria e os seus resultados, considerando as incumbências definidas neste Regimento;

V - intermediar a comunicação entre a Coordenação do Programa e a Secretaria Acadêmica; e

VI - monitorar a qualidade dos dados e informações prestadas na Plataforma Sucupira, sistema acadêmico, página web do Programa ou outros sistemas de informação.

Seção IV

Da Comissão de Bolsas do Programa

Art. 11. A Comissão de Bolsas do Programa será constituída por, no mínimo, três (03) membros, e deverá ser composta por:

I - Coordenador ou Vice-Coordenador, presidente da comissão;

II - no mínimo, um representante do corpo docente e, no mínimo, um representante do corpo discente, sendo estes escolhidos por seus pares, respeitando os seguintes requisitos:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
CONSELHO SUPERIOR

a) o(s) representante(s) docente(s) deverá(ão) fazer parte do quadro de docentes permanentes do Programa; e.

b) o(s) representante(s) discente(s) deverá(ão) ser discente(s) regular(es), matriculado(s) no programa (mestrado ou doutorado) há, pelos menos, um (01) ano, não sendo candidato à bolsa.

Art. 12. São atribuições da comissão de bolsas:

I - estabelecer os critérios para concessão e manutenção de bolsas que priorizem o mérito e desenvolvimento acadêmico, respeitando as regras das agências de fomento, o Regimento Interno do Programa e demais normatizações sobre o tema;

II - divulgar com antecedência, junto ao corpo docente e discente, os critérios vigentes para concessão e manutenção de bolsas;

III - realizar a seleção dos candidatos à bolsa e divulgar o resultado da seleção;

IV - acompanhar e avaliar o desempenho acadêmico dos bolsistas e propor a concessão ou manutenção da bolsa, baseado nos critérios estabelecidos no inciso I; e

V - encaminhar, para avaliação do Colegiado, a concessão, manutenção, remanejamento ou cancelamento de bolsas; e

VI - auxiliar a Coordenação na elaboração dos relatórios de prestação de contas requeridos pelas agências de fomento.

Art. 13. A Comissão de Bolsas fará a seleção dos candidatos e avaliação do desempenho acadêmico dos bolsistas com base nas informações prestadas pelos candidatos e bolsistas.

Parágrafo único. O candidato à bolsa ou bolsista responderá civil e criminalmente por qualquer informação inverídica prestada ou pela omissão de informações que induzam a Comissão de Bolsas a erro de julgamento.

Art. 14. A Comissão de Bolsas se reunirá, sempre que necessário, sendo obrigatória a convocação de, no mínimo, duas (02) reuniões anuais, sendo que ao final de cada semestre letivo a comissão de bolsas encaminhará relatório de suas decisões para apreciação pelo Colegiado do Programa.

Parágrafo único. Das decisões da Comissão de Bolsas, cabem recursos dirigidos à Coordenação do Programa.

Art. 15. A Comissão de Bolsas terá um mandato de dois (02) anos, podendo ser renovado uma vez consecutivamente por igual período.

Art. 16. As atividades de apoio à Comissão de Bolsas serão executadas pela Secretaria Acadêmica do Programa.



Seção V

Dos Docentes, categorias e atribuições

Art. 17. O corpo docente atuante no PPGET será constituído de professores permanentes, visitantes e colaboradores, conforme orientações normativas da CAPES.

Art. 18. Integram a categoria de docentes permanentes, os docentes que atendam aos seguintes requisitos:

- I - possuam o título de doutor;
- II - desenvolvam atividades de ensino na Pós-Graduação e/ou Graduação e/ou Educação Básica do IFAM ou de outras instituições de ensino;
- III - participem de projeto vinculado a uma das linhas de pesquisa do Programa;
- IV - demonstrem experiência de orientação conforme definido no Art. 48 deste Regimento, para o caso de docentes permanentes no mestrado e conforme Art. 49, para o caso de docentes permanentes no doutorado;
- V - tenham vínculo funcional com a Instituição ou, em caráter excepcional, consideradas as especificidades de áreas, Instituição e Região, enquadrem-se em uma das seguintes condições especiais:
 - a) recebam bolsa de fixação docente ou pesquisador de agências federais ou estaduais de fomentos;
 - b) na qualidade de professor ou pesquisador aposentado, tenham firmado com a Instituição termo de compromisso de participação como docente do Programa;
 - c) tenham sido cedidos, por acordo formal, para atuar como docente do Programa;
 - d) a critérios do Programa, quando o docente estiver em afastamento longo para realização de estágio pós-doutoral, estágio sênior ou atividade relevante em Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação.

§ 1º No caso de pesquisador mantido por agência de fomento, apresentar a proposta de participação aprovada pelas instâncias competentes. No caso dos aposentados, apresentar vínculo com o Programa mediante termo de compromisso de participação. No caso de professor cedido, apresentar o convênio formal firmado entre as Instituições.

§ 2º Quando da participação de docentes externos à instituição no quadro de permanente, esses não deverão superar 30% do quadro permanente do Programa e deverão apresentar autorização assinada pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação ou equivalente e/ou o Coordenador do Programa e/ou diretor ou chefe imediato da Faculdade ou Escola a que está vinculado. No termo de autorização deverá conter a expressão “docente permanente”, assim como a cessão de, no mínimo, dez (10) horas de dedicação do referido docente ao Programa.

§ 3º O percentual de docentes permanentes deverá ser igual ou superior a 70% do corpo docente total, devendo haver um núcleo de docentes com dedicação exclusiva ao



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
CONSELHO SUPERIOR

Programa, isto é, não devendo estar credenciado em mais de um Programa de Pós-Graduação, conforme as normas vigentes da CAPES.

§ 4º Respeitado o parágrafo anterior, aqueles professores permanentes que integram o corpo docente de outros Programas de Pós-Graduação deverão participar de, no máximo, três (03) Programas e ou Cursos, respeitando-se a legislação vigente.

Art. 19. Integram a categoria de docentes visitantes aqueles com título de doutor, com vínculo funcional-administrativo com outras Instituições brasileiras ou não, que sejam liberados, mediante acordo formal, das atividades correspondentes a tal vínculo para colaborarem, por um período contínuo de tempo e em regime de dedicação integral, em projetos de pesquisa e/ou atividades de ensino no Programa, permitindo-se também que atuem como orientadores e em atividades de extensão.

§ 1º Enquadram-se como visitantes os docentes que atendam ao estabelecido no *caput* deste artigo e tenham sua atuação no Programa viabilizada por contrato de trabalho por tempo determinado com a instituição ou por bolsa concedida para este fim, pela própria instituição ou por uma agência de fomento.

§ 2º O professor visitante, obrigatoriamente, atuará em parceria com um professor do quadro permanente, sendo que o último assumirá a condição de coorientador.

§ 3º O professor visitante deverá desenvolver projeto de pesquisa e plano de trabalho compatível com uma das linhas de pesquisa do Programa e apresentar produção intelectual relevante na área.

Art. 20. Integram a categoria de docentes colaboradores os demais membros do corpo docente do Programa, com título de doutor, que não atendam a todos os requisitos para serem enquadrados como docentes permanentes ou como visitantes, incluídos os bolsistas de pós-doutorado, mas que participem de forma sistemática do desenvolvimento de projetos de pesquisa ou atividades de ensino ou extensão e/ou da orientação de discentes, independentemente do fato de possuírem ou não vínculo na instituição.

§ 1º O desempenho de atividades esporádicas, como conferencista, membros de banca de exame ou coautor de trabalhos, não caracteriza um profissional como integrante do corpo docente do Programa, não podendo, pois, o mesmo ser enquadrado como docente colaborador.

§ 2º Os colaboradores não deverão ultrapassar 30% do total de docentes do programa.

§ 3º Poderá haver credenciamento temporário dos professores colaboradores, seja para ministrar disciplinas, seja para atividades de orientação, segundo deliberação do Colegiado do respectivo Programa, respeitando o limite recomendado de 30%.

Art. 21. São atribuições do corpo docente do curso da categoria de docente permanente:

- I - ministrar aulas e/ou outras atividades de ensino no Programa;
- II - exercer atividades de orientação;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
CONSELHO SUPERIOR

III - ter no mínimo seis (06) meses de atuação no cargo de professor do quadro permanente do IFAM ou de outras instituições de ensino;

IV - ter anualmente, no mínimo, um (01) orientando e, no máximo, dez (10) orientandos, devendo-se manter a qualidade da orientação e da produção intelectual associada;

V - ter regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais ou dedicação exclusiva;

VI - dedicar-se ao Programa por tempo igual ou superior a vinte (20) horas semanais, se for professor do IFAM e, no mínimo, dez (10) horas se for de outra instituição de ensino;

VII - ter participação efetiva e regular no ensino, pesquisa e orientação;

VIII - publicar, anualmente, um trabalho completo em revistas Qualis (de B3 até A), ou escrito Livro ou Capítulo de Livro (segundo roteiro para classificação de livros aprovados pela CAPES), ou conter Produção Técnica na Área de Ensino e ou Educação, até o período da avaliação da Área pela CAPES;

IX - publicar, pelo menos, dois (02) trabalhos completos em Anais de Congresso na Área de Ensino e/ou de Educação, no quadriênio;

X - ter produção científica compatível com as exigências da CAPES, registrada no Currículo Lattes;

XI - estar inserido em um grupo de pesquisa vinculado ao Programa;

XII - ter projeto de pesquisa vinculado e compatível com uma das linhas de pesquisa do Programa;

XIII - integrar bancas avaliadoras de exame de qualificação, dissertações ou tese e do produto educacional desenvolvido no Programa;

XIV - participar das atividades acadêmicas que integram a estrutura curricular do Programa, no curso de Mestrado e/ou Doutorado;

XV - colaborar ativamente e em tempo hábil no fornecimento e revisão de dados para o preenchimento do Coleta CAPES;

XVI - manter produção intelectual regular na área de conhecimento do Programa, compatível com a linha de pesquisa na qual está inserido;

XVII - compor comissões que auxiliem a Coordenação na gestão administrativa do Programa; e

XVIII - desempenhar as demais atividades acadêmicas e de gestão pertinentes ao Programa.

Art. 22. São atribuições do corpo docente do curso da categoria de professor visitante:

I - pertencer a um Programa de Professor Visitante do IFAM;

II - dedicar ao Programa tempo igual ou superior a vinte (20) horas semanais;

III - ter participação efetiva na pesquisa, orientação e/ou ensino;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
CONSELHO SUPERIOR

IV - ter produção científica compatível com as exigências da CAPES pertinentes à área do Programa, registrada no Currículo Lattes;

V - estar inserido em um grupo de pesquisa;

VI - ter projeto de pesquisa compatível com a área de concentração e com uma das linhas de pesquisa do Programa; e

VII - colaborar ativamente e em tempo hábil no fornecimento e revisão de dados para o preenchimento do Coleta CAPES.

Art. 23. São atribuições do corpo docente do curso da categoria de professor colaborador:

I - ter no mínimo seis (06) meses de atuação em alguma Instituição de Ensino e/ou Pesquisa;

II - ter disponibilidade para dedicar-se a alguma atividade de ensino, pesquisa e/ou orientação no Programa;

III - ter produção intelectual compatível com a área de concentração e com uma das linhas de pesquisa do Programa, registrada no Currículo Lattes;

IV - estar inserido em um dos grupos de pesquisa do Programa;

V - ter projeto de pesquisa nas áreas de pesquisa do Programa; e

VI - colaborar ativamente e em tempo hábil no fornecimento e revisão de dados para o preenchimento do Coleta CAPES.

Subseção I

Das atribuições dos orientadores

Art. 24. Denomina-se orientador o professor do PPGET que tem sob sua responsabilidade, no mínimo, um (01) orientando e, no máximo, dez (10) orientandos para orientar na condução da pesquisa que resultará na dissertação ou tese e no produto educacional dentro do PPGET.

Art. 25. A definição do orientador será realizada pela comissão do processo seletivo.

Parágrafo único. A concordância com a orientação ficará condicionada à abertura de vagas no processo seletivo para a linha de pesquisa na qual atua o docente.

Art. 26. São atribuições dos orientadores:

I - orientar o discente na elaboração do plano de atividades a ser desenvolvido a cada semestre;

II - escolher ou alterar, juntamente com o discente, as disciplinas que constituirão o programa de estudos, encaminhados semestralmente à Coordenação;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
CONSELHO SUPERIOR

III - homologar pedidos de matrícula e trancamentos de componentes curriculares do discente sob sua orientação;

IV - orientar a pesquisa e a elaboração da dissertação ou tese e do produto educacional em todas as fases;

V - indicar nomes de membros para compor a banca do exame de qualificação e defesa de dissertação ou tese e do produto educacional;

VI - dar anuência ao pedido de solicitação de exame de qualificação e defesa da dissertação ou da tese e do produto educacional a ser encaminhado à Coordenação do Programa;

VII - presidir a Banca do exame de qualificação e de defesa de dissertação ou tese e do produto educacional;

VIII - comunicar formalmente à Coordenação do Programa, com a ciência do discente, o não cumprimento de prazos por parte do orientando quanto à entrega de atividades acadêmicas ou outro comportamento que comprometa o desenvolvimento acadêmico e da pesquisa;

IX - acompanhar e supervisionar o orientando quanto ao cumprimento das atividades previstas no Curso;

X - solicitar junto à Coordenação do Programa, mediante justificativa, o adiantamento da defesa de dissertação ou tese e do produto educacional;

XI - comprometer-se com o preenchimento dos relatórios e demais documentos de acompanhamento de bolsista, quando houver orientando nesta condição;

XII - revisar o exemplar da dissertação ou tese e do produto educacional que será encaminhado à Biblioteca, de acordo com os procedimentos definidos neste Regimento e demais procedimentos internos estabelecidos pelo Programa; e

XIII - zelar pelo cumprimento das normas e dos prazos fixados neste Regimento.

Art. 27. O orientador poderá solicitar junto à Coordenação do Programa, mediante justificativa, a dispensa da orientação de seu(s) orientando(s) por insuficiência de desempenho acadêmico, científico ou por problemas de ordem ética.

Art. 28. O orientador poderá solicitar junto à Coordenação do Programa a participação de um coorientador, apresentando as devidas justificativas.

Art. 29. Em caso de impedimento temporário ou permanente do orientador, o Colegiado do Programa indicará seu substituto.

§ 1º O disposto no *caput* ocorrerá por afastamento superior a três (03) meses.

§ 2º O novo orientador ficará responsável pelo discente até o retorno do afastamento ou até a defesa de dissertação ou tese e do produto educacional do discente, no caso de a defesa ocorrer antes de o orientador retornar do afastamento.



Subseção II

Das atribuições dos Coorientadores

Art. 30. Considera-se como coorientador um professor, com título de doutor, pertencente ou não ao PPGET, que desenvolva atividades na Pós-Graduação e/ou Graduação e/ou Educação Básica no IFAM ou em outras instituições de ensino, brasileira ou do exterior e que colabore com a orientação de um discente do Programa, atendendo aos seguintes critérios:

I - O Coorientador será solicitado pelo Orientador com justificativa da contribuição e necessidade do Coorientador no trabalho de dissertação ou tese e do produto educacional; e

II - O docente indicado para Coorientador deverá demonstrar no seu Currículo Lattes, se brasileiro, ou no *curriculum vitae*, se estrangeiro, produção acadêmica compatível e afinidade com a temática investigada no trabalho de dissertação ou tese para o qual foi convidado a colaborar.

Parágrafo único. Caberá ao Colegiado do Programa deliberar a aprovação ou a recusa da solicitação de coorientação, considerando os requisitos anteriormente definidos.

Art. 31. Quando aprovado pelo Colegiado do Programa, o coorientador deverá ser informado de que as suas orientações têm caráter de colaboração, competindo-lhe:

I - auxiliar nas diferentes etapas do desenvolvimento do trabalho da dissertação ou tese e do produto educacional;

II - colaborar com o projeto de pesquisa do discente;

III - colaborar na revisão da produção escrita do discente; e

IV - colaborar com o discente na indicação de leitura e trabalhos relacionados, assim como nos procedimentos metodológicos.

Parágrafo único. O coorientador externo ao IFAM assinará o termo de cooperação voluntária.

TÍTULO III

DO CORPO DISCENTE

CAPÍTULO I

CATEGORIAS E ATRIBUIÇÕES

Art. 32. O corpo discente do PPGET será constituído por todos os discentes matriculados no Programa, seja como regulares ou como especiais.

§ 1º São discentes regulares os pós-graduandos aprovados no exame de seleção e matriculados no Programa com vistas à obtenção do título de mestre ou doutor em Ensino Tecnológico.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
CONSELHO SUPERIOR

§ 2º São discentes especiais os matriculados no Programa em disciplinas isoladas, seja por interesse pessoal, seja como propedêutica, seja para futuro aproveitamento como créditos acadêmicos.

Art. 33. Discentes especiais podem cursar disciplinas eletivas, no caso de serem portadores de diploma de curso superior reconhecido pelo MEC ou matriculados em outros programas de pós-graduação (mestrado ou doutorado) ou pessoas com diplomas de Mestrado ou Doutorado, com interesse em se atualizar ou aprofundar conhecimentos específicos.

Parágrafo único. O discente estrangeiro candidato a disciplina eletiva deverá apresentar a proficiência em língua portuguesa e documentos de identidade válido e de visto temporário ou permanente, atestando situação regular no país para tal fim.

Art. 34. A matrícula em disciplinas isoladas, na qualidade de discente especial, não assegurará o direito de obtenção do diploma de mestre ou doutor.

Art. 35. Não será permitida a matrícula, concomitantemente, em mais de 02 (duas) disciplinas isoladas por discente especial, por ano letivo, independentemente da linha de pesquisa, cabendo à Coordenação do Programa em conjunto com a Secretaria Acadêmica exercer o controle das matrículas neste caso.

Parágrafo único. As disciplinas isoladas deverão ser escolhidas apenas entre as disciplinas eletivas ofertadas.

Art. 36. Caso o discente especial venha a mudar de categoria, tornando-se discente regular, poderá aproveitar os créditos já cursados anteriormente nas disciplinas isoladas.

Parágrafo único. Os créditos em disciplinas eletivas serão aproveitados deste que cursados num período inferior ou igual a cinco (05) anos.

Art. 37. O corpo discente regular terá representação garantida no Colegiado do Programa com direito à voz e a voto, conforme estabelecido no Art. 5º deste Regimento.

Art. 38. O representante do corpo discente junto ao Colegiado será escolhido entre os discentes regulares do Programa, perdendo o mandato quando deixar de sê-lo.

Art. 39. Cada representante discente deverá ter um suplente escolhido da mesma forma que o titular, cabendo-lhe substituir o titular em impedimentos e ausências eventuais, sucedendo-o no caso de desistência da representação.

Art. 40. São atribuições do corpo discente do curso:

I - para a categoria de discente regular:

a) zelar e comprometer-se com o cumprimento do Regimento Interno do Programa, do Regulamento Geral dos Programas e Cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu* do IFAM e demais Regulamentos da Instituição;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
CONSELHO SUPERIOR

- b) disponibilizar de tempo para atender as atividades constantes no currículo do curso;
- c) comprometer-se com as atividades acadêmicas e de pesquisa do Programa;
- d) cumprir o calendário estabelecido pelo Programa;
- e) observar e responsabilizar-se pelos preceitos éticos referentes à pesquisa no Brasil e àqueles relativos aos direitos autorais;
- f) agir com conduta ética no desempenho das suas atividades como discente no PPGET;
- g) não apresentar comportamento agressivo, calunioso e difamatório para com os professores, técnico-administrativos e demais discentes do Programa sob pena de receber advertência a cada ação realizada que ocasionará o seu desligamento do Programa, na terceira ocorrência registrada;
- h) não cometer plágio sob pena do seu desligamento do Programa;
- i) não prover informações inverídicas, documentação fraudulenta de qualquer natureza ou omitir informações relevantes para a Coordenação do Programa, Secretaria Acadêmica, Professores, Discentes ou agências de fomento, quando for o caso, sob pena de desligamento e ainda de responder civil e criminalmente;
- j) comunicar a Secretaria e Coordenação do Programa quaisquer situações ou intercorrências que o impeçam e/ou estejam comprometendo o seu progresso acadêmico e no desenvolvimento da pesquisa;
- k) manter atualizados os seus dados pessoais e acadêmicos junto a Secretaria do Programa;
- l) manter atualizado o seu currículo Lattes e, na condição de bolsista, manter atualizado os dados pessoais e acadêmicos, assim como responder aos relatórios de prestação de contas exigidos pela agência de fomento a que estiver vinculado;
- m) proceder à matrícula junto à Secretaria Acadêmica do Programa a cada período letivo, definindo as disciplinas eletivas, a partir da anuência do orientador, que constituirão o programa de estudos, encaminhados semestralmente à Coordenação;
- n) elaborar e entregar, no prazo pré-estabelecido, formulários, relatórios e/ou outros documentos exigidos para o cumprimento das atividades curriculares no referido Curso (Seminário de Projetos, Acompanhamento da Prática Profissional, Estágio Docência, Validação do Produto, entre outros), com anuência do orientador, conforme contidos neste Regimento, sendo obrigatórias em todos eles a aprovação e a assinatura do orientador;
- o) encaminhar à Coordenação a solicitação para a realização do exame de qualificação e defesa de dissertação ou tese e do produto educacional, utilizando formulário padrão e formalmente autorizado pelo orientador;
- p) desenvolver um plano pessoal de estudos e de gerência do tempo, assim como desenvolver estratégias de organização pessoal para cumprir com as demandas do curso no qual estiver matriculado;
- q) zelar pelo cumprimento dos prazos fixados neste Regimento; e



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
CONSELHO SUPERIOR

r) encaminhar à Coordenação, após a defesa de dissertação ou tese:

1. 02 (duas) versões impressas da dissertação ou tese e do produto educacional, sendo três (03) vias se o discente for bolsista;

2. 01 (uma) mídia com o arquivo digital da dissertação ou tese e do produto educacional. A mídia precisa conter dois arquivos em PDF, um referente à dissertação ou tese e outro referente ao produto educacional.

II - para a categoria de discente especial:

a) zelar e comprometer-se com o cumprimento do Regimento Interno do Programa, do Regulamento Geral dos Programas e Cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu* do IFAM e demais Regulamentos da Instituição, no que diz respeito ao discente especial;

b) comprometer-se com as atividades acadêmicas estabelecidas na disciplina eletiva na qual foi aprovado para cursar no Programa;

c) cumprir o calendário estabelecido para a realização da disciplina eletiva na qual foi aprovado para cursar no Programa;

d) observar e responsabilizar-se pelos preceitos éticos referentes à pesquisa no Brasil e àqueles relativos aos direitos autorais;

e) agir com conduta ética no desempenho das suas atividades como discente especial no PPGET;

f) não apresentar comportamento agressivo, calunioso e difamatório para com os professores, técnico-administrativos e demais discentes do Programa sob pena de ter sua matrícula na disciplina eletiva cancelada, na primeira ocorrência registrada;

g) não cometer plágio sob pena de ter sua matrícula na disciplina cancelada, em procedimento que lhe assegure o contraditório e a ampla defesa;

h) não prover informações inverídicas, documentação fraudulenta de qualquer natureza ou omitir informações relevantes para a Coordenação do Curso, Secretaria Acadêmica e Professores, sob pena de ter sua matrícula na disciplina cancelada, além de responder civil e criminalmente;

i) desenvolver um plano pessoal de estudos e de gerência do tempo, assim como desenvolver estratégias de organização pessoal para cumprimento das atividades requeridas na disciplina eletiva a que estiver matriculado; e

j) comunicar a Secretaria e Coordenação do Programa quaisquer situações ou intercorrências que o impeçam e/ou estejam comprometendo o seu progresso acadêmico na disciplina eletiva.

Art. 41. Considera-se plágio a ação de copiar de forma integral, parcial ou conceitual obras (livros, capítulo, artigos, ou outras produções intelectuais) ou pensamentos de outros autores (que as formulou e as publicou), sem lhes dar o devido crédito, sem citá-los como fonte de pesquisa. Trata-se de uma violação dos direitos autorais de outrem, prevista na Lei de Direitos Autorais em vigor.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CONSELHO SUPERIOR

Art. 42. O discente terá o prazo de setenta e duas (72) horas para interposição de recurso sobre qualquer decisão que envolva suas atividades e permanência no PPGET, contados a partir da divulgação formal do resultado.

Parágrafo único. O recurso deverá ser entregue no protocolo geral do *Campus* Manaus Centro, em duas (02) vias impressas de igual teor, endereçado a Coordenação do Programa, na forma de processo, devidamente comprovado, com cada folha numerada e contendo a rubrica/assinatura do discente.

Subseção I
Das atribuições dos orientandos

Art. 43. Denomina-se orientando o discente regular, devidamente matriculado e sob orientação de um professor do PPGET para o desenvolvimento de sua dissertação ou tese e do produto educacional, seja em nível de mestrado ou de doutorado.

Art. 44. São atribuições dos orientandos:

I - atender as atribuições definidas para a categoria de discente regular (Art. 40, Inciso I);

II - comparecer às reuniões de orientação e comprometer-se com as atividades estabelecidas em consonância com o orientador e/ou coorientador;

III - estabelecer em conjunto com seu orientador e coorientador, quando for o caso, um cronograma de trabalho para estudo, produção e entrega dos artefatos da pesquisa (texto da dissertação ou tese, artigo, entre outros), respeitando os prazos estabelecidos no calendário do PPGET e os critérios para integralização de créditos;

IV - comunicar ao orientador, com antecedência e devida justificativa, quando não puder comparecer a reuniões de orientação ou demais atividades programadas pelo orientador;

V - comunicar ao orientador, com antecedência e devida justificativa, quando necessitar se ausentar da cidade em período letivo;

VI - participar das reuniões do seu grupo de pesquisa;

VII - respeitar a agenda de orientação e revisão de trabalho do orientador e/ou coorientador, não impondo-lhe situações de atendimento de urgência em virtude do não cumprimento do próprio plano de trabalho; e

VIII - preencher de forma verídica e adequada os formulários de frequência mensal de bolsistas, quando for o caso, assim como proceder com os relatórios de prestação de contas exigidos pela agência de fomento da qual o orientando recebe a concessão de bolsa.



TÍTULO IV
DO INGRESSO E PERMANÊNCIA DO DOCENTE NO PROGRAMA
CAPÍTULO I
DO CREDENCIAMENTO, REcredENCIAMENTO E DEScredENCIAMENTO NO PPGET
Seção I
Do credenciamento

Art. 45. Para fins deste Regimento, considera-se credenciamento como o processo de ingresso de um novo professor no corpo docente do Programa.

Art. 46. O credenciamento dos professores permanentes no PPGET será realizado por uma comissão constituída para este fim, a qual será responsável pela elaboração de edital próprio, a ser divulgado na página web do Programa, considerando as demandas das linhas de pesquisa do PPGET e as normas vigentes da CAPES.

Art. 47. O credenciamento de professores permanentes do Programa uma vez aprovado pela comissão constituída para este fim, deve ser encaminhado para conhecimento do Colegiado do Programa, conforme orientações normativas da CAPES e obedecendo aos critérios mínimos estabelecidos pela deliberação desse Regimento, sendo, posteriormente, homologado pela DIPESP (Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação) do *Campus* Manaus Centro.

Art. 48. Para o credenciamento dos professores permanentes para o curso de Mestrado, nas diferentes categorias, deverão ser apresentados os documentos exigidos em edital próprio, sendo, no mínimo, requeridos os seguintes documentos:

- I - cópia do RG, CPF e comprovante de residência;
- II - carta de intenção encaminhada à Coordenação do Programa, solicitando credenciamento;
- III - projeto de pesquisa compatível com uma das linhas de pesquisa do Programa, que inclua um plano de trabalho a ser desenvolvido no quadriênio;
- IV - cópia do diploma de Doutorado e no caso de diplomas expedidos por universidades estrangeiras, estes devem estar devidamente convalidados no Brasil por instituições nacionais;
- V - cópia, impressa e digitalizada, da tese de Doutorado;
- VI - currículo Lattes atualizado, no último mês, modelo completo;
- VII - comprovante de orientação de, pelo menos, três (03) trabalhos de iniciação científica e/ou três (03) trabalhos de conclusão de curso na Graduação e/ou Pós-Graduação nos últimos cinco (05) anos;
- VIII - comprovante de publicação de, no mínimo, um trabalho, em: periódico Qualis (de B3 a A), capítulo de livro ou livro relacionado a área de ensino/educação, ambos como autor, coautor ou organizador, nos últimos quatro (04) anos; e



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
CONSELHO SUPERIOR

IX - declaração de dedicação ao PPGET de pelo menos vinte (20) horas semanais para docentes do IFAM e, no mínimo, dez (10) horas para docentes externos à instituição, respeitando-se o que diz este Regimento para docentes externos ao IFAM.

Art. 49. O credenciamento de professores permanentes para o curso de Doutorado será realizado por edital próprio, por demanda da Coordenação do Programa, considerando os professores que atuam no curso de Mestrado do PPGET ou de outros Programas de Pós-Graduação na modalidade profissional e que atendam aos seguintes requisitos mínimos:

I - ter atuado, no mínimo, durante um quadriênio no curso de Mestrado do PPGET ou em outro Programa de Pós-Graduação na modalidade profissional;

II - ter concluído, no mínimo, três (03) orientações dissertação e produto educacional em nível de mestrado nos últimos cinco (05) anos;

III - apresentar um projeto de pesquisa compatível com o nível de doutorado e aderente a uma das linhas de pesquisa do Programa, que inclua um plano de trabalho a ser desenvolvido no quadriênio;

IV - comprovar regularidade de publicação nos últimos quatro (04) anos, totalizando, no mínimo, três (03) trabalhos em periódico, Qualis (de B3 a A), capítulo de livro ou livro relacionado a área de ensino/educação, ambos como autor, coautor ou organizador; e

V - declaração de dedicação ao PPGET de pelo menos vinte (20) horas semanais, devidamente assinada pelo professor e pelo chefe imediato.

Parágrafo único. O credenciamento de professores para o doutorado ocorrerá conforme regras de edital próprio, administrado por comissão instituída para este fim, que ficará responsável pelo estabelecimento dos critérios e suas respectivas pontuações para fins de seleção, classificação, eliminação e desempate.

Art. 50. Uma vez realizado o credenciamento de professores para ingressarem no Curso de Doutorado, a comissão responsável deve encaminhar o resultado para conhecimento do Colegiado do Programa conforme orientações normativas da CAPES e obedecendo aos critérios mínimos estabelecidos pela deliberação desse Regimento, sendo, posteriormente, homologado pela DIPESP (Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação) do *Campus* Manaus Centro.

Art. 51. O credenciamento dos membros do corpo docente do Programa, seja no mestrado ou no doutorado, tem validade pelo período de quatro (04) anos, ao final do qual é feita uma avaliação do desempenho do docente, de acordo com as exigências estabelecidas neste Regimento para o credenciamento de docentes.

Art. 52. O credenciamento dos professores permanentes para o Programa (Mestrado ou Doutorado) deverá seguir os trâmites definidos no edital de credenciamento ou equivalente, administrados por comissão própria, cujo resultado deve ter ciência do Colegiado do Programa, cabendo à DIPESP/CMC emitir portaria de credenciamento do docente.



Seção II

Do credenciamento dos Docentes

Art. 53. Para fins deste Regimento, considera-se credenciamento como o processo de avaliação periódica de professores que já atuam como docentes do Programa, podendo resultar em manutenção ou não do docente no Programa.

Art. 54. Os professores que atuam no PPGET deverão se submeter ao processo de credenciamento, a cada quatro (04) anos, tendo que atender aos seguintes requisitos:

I - alcançar pontuação mínima conforme critérios estabelecidos pela comissão constituída para este fim;

II - demonstrar os resultados finais ou em andamento do projeto de pesquisa e plano de trabalho do quadriênio anterior; e

III - submeter um novo projeto de pesquisa compatível com o nível de mestrado ou doutorado, conforme o caso, aderente a uma das linhas de pesquisa do Programa, que inclua um plano de trabalho a ser desenvolvido no novo quadriênio.

Art. 55. Os critérios, procedimentos para credenciamento e entrega de documentos ocorrerão conforme as orientações fornecidas pela comissão instituída para realizar o credenciamento de docentes e divulgadas pela Coordenação do Programa.

Parágrafo único. Os critérios para credenciamento de professores serão reavaliados, periodicamente, pela comissão instituída para este fim com vistas a atender as demandas da CAPES e a qualidade do Programa.

Art. 56. Na hipótese de o orientador não ter seu credenciamento aprovado, poderá, a critério do Colegiado do Programa, concluir as orientações em andamento.

Seção III

Do Descredenciamento dos Docentes

Art. 57. Para fins deste Regimento, o descredenciamento é o processo de retirada do professor do corpo docente do Programa.

Art. 58. O docente poderá ser desligado em duas situações: mediante própria solicitação ou por parecer da comissão instituída para realizar a avaliação de credenciamento docente, sendo dada ciência pelo Colegiado do Programa. Referente à segunda situação acontecerá mediante um dos seguintes casos:

I - em função do não cumprimento do plano de trabalho vigente sem apresentar justificativa que seja aceita pela comissão;

II - não ter até duas (02) orientações concluídas no período da avaliação da Área pela CAPES sem apresentar justificativa que seja aceita pela comissão;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
CONSELHO SUPERIOR

III - não alcançar pontuação mínima definida pela comissão de credenciamento e credenciamento de docentes, com base nos documentos de área da CAPES.

Parágrafo único. O Colegiado do Programa pode deliberar pelo desligamento de um docente considerando além do não atendimento em termos de produções intelectuais, como também em virtude de sua recusa, sistemática, em participar das ações de gestão do curso, colaboração com os demais docentes ou se violar, de forma recorrente, critérios de boa convivência e da ética em pesquisa ou comportamento ético em relação aos demais partícipes do Programa.

Art. 59. O credenciamento poderá ser efetuado a qualquer tempo a pedido do docente.

Art. 60. Na hipótese de credenciamento de professores, uma vez que o Colegiado do Programa tenha dado ciência, a Coordenação do Programa deve informar à DIPESP e realizar o devido registro no Coleta CAPES.

TÍTULO V
DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA CURRICULAR
CAPÍTULO I
DA ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA
Seção I
Da estrutura curricular

Art. 61. A matriz curricular do PPGET compreende disciplinas obrigatórias e eletivas e demais atividades técnico-científicas conforme preceitua o presente Regimento.

Art. 62. A matriz curricular será ministrada de forma presencial ao longo dos períodos letivos regulares.

Parágrafo único. Em circunstâncias atípicas ou por demandas específicas do Programa, componentes da matriz curricular poderão ser ministradas de forma remota, devendo o seu planejamento ser aprovado pelo Colegiado do Programa.

Art. 63. A integralização dos estudos necessários ao Curso de Mestrado e Doutorado será expressa em unidade de crédito.

Art. 64. Cada unidade de crédito corresponde a quinze (15) horas de atividades programadas.

Art. 65. O Curso de Mestrado terá a duração mínima de doze (12) e máxima de vinte e quatro (24) meses.

§ 1º Este prazo pode ser prorrogado por até doze (12) meses além da duração prevista no currículo, por solicitação justificada do (a) orientador (a) e mediante aprovação do Colegiado do Programa.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
CONSELHO SUPERIOR

§ 2º A contagem do prazo de realização do Curso inicia-se pela primeira matrícula do discente, e termina com a defesa pública de dissertação e produto educacional.

Art. 66. A estrutura curricular do Mestrado integraliza-se com o cumprimento de quarenta e sete (47) créditos, ou seja, setecentos e cinco horas (705) horas, conforme especificações a seguir:

I - cinco (05) **disciplinas obrigatórias** da área de concentração, correspondendo três (03) delas a seis (06) créditos (carga horária de 90h cada), e duas (02) delas a quatro (04) créditos (carga horária de 60h cada), totalizando vinte e seis (26) créditos (carga horária total de 390h);

II - uma (01) **disciplina eletiva**, vinculada ou não à linha de pesquisa do discente, correspondente a quatro (04) créditos (carga horária de 60h);

III - **seminário de projetos**, correspondente a um (01) crédito (carga horária de 15h);

IV - **estágio docência**, correspondente a quatro (04) créditos (carga horária de 60h);

V - **acompanhamento da prática profissional**, correspondente a quatro (04) créditos (carga horária de 60 h);

VI - **produção técnica**, correspondente a um (01) crédito (carga horária de 15h), referente ao Simpósio em Ensino Tecnológico no Amazonas (SETA), mantido pelo Programa e realizado de forma coletiva por discentes e professores;

VII - **produção bibliográfica**, correspondente a dois (02) créditos (carga horária de 30h), sendo comprovados pela publicação de dois (02) trabalhos. Uma (01) dessas publicações em periódicos Qualis (B - A) da Área de Ensino ou Educação ou o seu aceite, ou Livro, ou Capítulo de Livro e outra publicação de artigo em anais de eventos também da Área de Ensino e/ou de Educação. O discente que aprovar dois (02) artigos em periódicos Qualis (B - A) ou um (01) artigo em periódico e um (01) em capítulo de livro não precisará ter a publicação referente a anais de eventos;

VIII - **orientação sistemática de dissertação**, correspondente a um (01) crédito (carga horária de 15h); e

IX - **exame de qualificação e aprovação, defesa e aprovação da dissertação e produto educacional**, correspondendo a quatro (04) créditos (carga horária de 60h).

Art. 67. A estrutura curricular do Doutorado integraliza-se com o cumprimento de cem (100) créditos, ou seja, mil e quinhentas (1500) horas, conforme especificações a seguir:

I - cinco (05) **disciplinas obrigatórias**, sendo quatro (04) da área de concentração e uma (01) da Linha de Pesquisa, correspondendo cada uma a seis (06) créditos (carga horária de 90h cada), totalizando trinta (30) créditos (carga horária total de 450h);

II - uma (01) **disciplina eletiva**, sendo vinculada ou não à linha de pesquisa do discente, correspondendo a quatro (04) créditos (carga horária de 60h);



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
CONSELHO SUPERIOR

III - dois (02) **workshops de pesquisa sobre Ensino Tecnológico**, correspondente a quatro (04) créditos cada, totalizando 8 créditos (carga horária total de 120h), cuja programação e orientação serão reguladas por documento norteador, divulgado na página web do Programa;

IV - **estágio docência**, correspondente a quatro (04) créditos (carga horária de 60h);

V - **acompanhamento da prática profissional**, corresponde a primeira avaliação do produto educacional com o público alvo a que se destina, correspondente a quatro (04) créditos (carga horária de 60 h);

VI - **atividades programadas**, que tem por finalidade encorajar a pesquisa e produção intelectual do doutorando, correspondendo a doze (12) créditos (carga horária de 180h). Do total, cinco (05) créditos devem corresponder a duas (02) publicações em periódicos Qualis (B3 - A) da Área de Ensino ou Educação ou o seu aceite, ou Livro, ou Capítulo de Livro, sendo obrigatório que uma das publicações seja em periódico. Um (01) crédito correspondente a publicação de artigo em anais de eventos também da Área de Ensino e/ou de Educação. Cinco (05) créditos que podem ser distribuídos em duas atividades, as quais podem ser de diferentes tipos, tais como: realização de cursos de extensão, estágio profissional, produção técnica tecnológica e outras relacionadas diretamente com a finalidade da pesquisa e desenvolvimento do produto educacional, cuja aprovação do crédito deve ser deliberada pelo Colegiado do Programa, sendo as orientações reguladas por documento norteador, divulgado na página web do Programa. E, um (01) crédito correspondente a realização do SETA (Simpósio em Ensino Tecnológico no Amazonas);

VII - **validação do produto educacional**, correspondendo a dois (02) créditos (carga horária de 30h), e diz respeito a, no mínimo, duas (02) validações do produto educacional, sendo uma pela banca de defesa de tese e outra por diferentes instâncias, tais como, pelo público alvo (que não sejam os mesmos participantes do acompanhamento da prática profissional), por um comitê *ad hoc*, grupo focal, juízes, dentre outras possibilidades. Os critérios para validação do produto educacional e o prazo para entrega de relatório serão regidos por documento norteador, divulgado na página web do Programa;

VIII - **trabalho de tese**, correspondendo a dezoito (18) créditos (carga horária total de 270h); e

IX - **exame de qualificação e aprovação, defesa e aprovação de tese e de produto educacional**, correspondendo a dezoito (18) créditos (carga horária total de 270h).

Art. 68. Define-se disciplina eletiva toda a disciplina aprovada pelo Colegiado do Programa para compor o elenco de disciplinas não obrigatórias do currículo do mestrado ou do doutorado e tem por objetivo aprofundar o conhecimento dos discentes em aspectos específicos de um determinado núcleo de conhecimento dentro das linhas de pesquisa do Programa.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
CONSELHO SUPERIOR

§ 1º Quando ofertadas as disciplinas eletivas destinar-se-ão a discentes regulares e/ou especiais.

§ 2º Quando ofertadas as disciplinas eletivas, serão indicadas as que poderão ser cursadas por discentes de mestrado e/ou doutorado.

§ 3º Cabe aos orientadores dos discentes regulares a indicação da(s) disciplina(s) eletiva(s).

Art. 69. Os discentes de mestrado deverão demonstrar proficiência em pelo menos uma língua estrangeira (inglês, espanhol ou francês).

§ 1º A proficiência em língua estrangeira deve ser realizada pelo discente do mestrado até o final do primeiro ano do curso.

§ 2º O discente do mestrado poderá solicitar aproveitamento de proficiência de uma língua estrangeira, desde que a proficiência tenha sido cursada em até cinco (05) anos, a contar da data de solicitação do discente.

Art. 70. Os discentes de doutorado deverão demonstrar proficiência em pelo menos duas línguas estrangeiras (inglês, espanhol ou francês).

§ 1º A proficiência na primeira língua estrangeira de escolha do discente do doutorado deve ser realizada até o final do primeiro ano do curso e a realização da proficiência da segunda língua até o final do segundo ano.

§ 2º O discente do doutorado poderá solicitar aproveitamento de proficiência de uma língua estrangeira, desde que a proficiência tenha sido cursada em até cinco (05) anos, a contar da data de solicitação do discente.

Art. 71. O discente estrangeiro deverá também realizar exame de proficiência em Língua Portuguesa.

Seção II

Do Estágio Docência

Art. 72. O Estágio Docência é uma atividade curricular para discentes de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, sendo definida como participação em atividades de ensino em cursos de graduação, prioritariamente em disciplinas que tenham uma relação e/ou afinidade com a pesquisa em desenvolvimento, com o acompanhamento do professor da disciplina, com a aquiescência do orientador.

Art. 73. Para cumprir o Estágio Docência, os discentes devem exercer atividades de ensino em cursos de graduação, prioritariamente no IFAM.

§ 1º São consideradas atividades de ensino:

I - planejar e aplicar atividades de ensino-aprendizagem e de avaliação;

II - ministrar aulas teóricas e práticas sob supervisão do professor da disciplina;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
CONSELHO SUPERIOR

III - participar em avaliação parcial de conteúdos programáticos, teóricos e práticos; e

IV - preparar material didático para auxiliar no ensino-aprendizagem.

§ 2º Por se tratar de uma atividade acadêmica obrigatória, a participação do discente do curso no estágio docência não cria vínculo empregatício e nem será remunerada.

Art. 74. O Estágio Docência na Graduação será de sessenta (60) horas a serem cumpridas em um (01) semestre.

Parágrafo único. O Estágio Docência pode ser cumprido em cursos presenciais ou em EAD, ou ainda de forma híbrida, devendo está devidamente registrado e detalhado no plano de ensino da disciplina.

Art. 75. Discentes com experiência mínima de sessenta (60) horas em docência em cursos de graduação credenciados pelo MEC, em qualquer Instituição de Ensino Superior, que tenha ministrado aula nos últimos cinco (05) anos, a contar da data de solicitação do discente, poderão requerer dispensa do Estágio Docência mediante requerimento dirigido Coordenação do Programa, com comprovante institucional, que contenha, no mínimo, disciplina(s) ministrada(s), respectiva carga horária, período e ano.

Art. 76. Discente ingressante no Doutorado do PPGET e que tenha cumprido Estágio Docência durante o mestrado, nos últimos cinco (05) anos, a contar da data de solicitação do discente no Doutorado, poderão requerer dispensa do Estágio Docência mediante requerimento dirigido a Coordenação do Programa, com comprovante institucional, que contenha disciplina(s) ministrada(s), respectiva carga horária, período e ano.

Art. 77. Cabe ao discente e ao seu orientador, a escolha da disciplina para o Estágio.

Art. 78. O discente, juntamente com o orientador e o professor responsável pela disciplina de graduação, deverá elaborar o Plano de Atividades do Estágio Docência. Este Plano deverá ser aprovado pelo Colegiado do Programa antes do início das atividades.

Art. 79. É vedado ao discente assumir inteiramente a disciplina na qual faz o Estágio Docência.

Art. 80. As atividades semanais de estágio docência desenvolvidas pelo discente devem estar condicionadas à sua compatibilidade com as demais atividades regulares do curso de Mestrado ou Doutorado.

Art. 81. O discente deverá encaminhar à Coordenação do Programa, no prazo máximo de sessenta (60) dias após o término do Estágio Docência, o Relatório de Atividades, com avaliação do professor responsável pela disciplina de graduação e do orientador.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
CONSELHO SUPERIOR

Parágrafo único. Discentes que não cumprirem o prazo de entrega do Relatório de Atividades perderão o direito de integralizar os créditos referentes a esta atividade e deverão fazer novo Estágio Docência.

Art. 82. A Coordenação do Programa encaminhará ao Colegiado o Relatório do Estágio Docência para que o mesmo possa ser avaliado.

Seção III

Do Acompanhamento da Prática Profissional

Art. 83. O Acompanhamento da Prática Profissional é uma atividade curricular obrigatória para discentes de Pós-Graduação *Stricto Sensu* na modalidade profissional, sendo a oportunidade de o discente, sob o acompanhamento de seu orientador, realizar a aplicação e avaliação de seu produto educacional, considerando a escola e/ou campo da prática profissional.

Art. 84. O discente, juntamente com o orientador deverão identificar a escola ou campo da prática profissional na qual será realizada a atividade, assim como planejar os recursos necessários a aplicação e avaliação de seu produto educacional.

Art. 85. O discente, sob supervisão de seu orientador, deve garantir o registro da realização da prática profissional, assim como dos instrumentos de coleta de dados que subsidiarão a análise da aplicação do produto educacional, em consonância com os objetivos da pesquisa.

Art. 86. As atividades desenvolvidas durante a Prática Profissional pelo discente devem estar condicionadas à sua compatibilidade com as demais atividades regulares do curso de Mestrado ou Doutorado.

Art. 87. O discente deverá encaminhar à Coordenação do Programa o Relatório de Acompanhamento da Prática Profissional, no prazo máximo de sessenta (60) dias após seu término, sendo este relatório devidamente assinado pelo discente e seu orientador.

Parágrafo único. Discentes que não cumprirem o prazo de entrega do Relatório da Prática Profissional perderão o direito de integralizar os créditos referentes a esta atividade.

CAPÍTULO II

DA ADMISSIBILIDADE DO DISCENTE REGULAR E MANUTENÇÃO NO CURSO

Seção I

Da admissão dos discentes

Art. 88. O acesso ao PPGET, por candidatos brasileiros ou estrangeiros, será feito exclusivamente por meio de processo seletivo, por meio de edital específico, sob a responsabilidade de uma comissão devidamente instituída para este fim.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
CONSELHO SUPERIOR

Art. 89. A Diretoria Geral do *Campus* em consonância com a Coordenação do PPGET publicará a cada ano o edital de seleção para o ingresso no Programa, tornando públicas as normas do processo seletivo em conformidade com as exigências do Regimento Interno do PPGET.

Parágrafo único. A Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação do *Campus* (DIPESP/CMC) deverá prover as condições necessárias à realização das etapas do processo seletivo, juntamente com a Coordenação do PPGET.

Seção II

Da matrícula e da Renovação

Art. 90. Terão direito à matrícula no Curso de Mestrado ou Doutorado no PPGET, os candidatos aprovados e classificados no processo seletivo, conforme o número de vagas.

§ 1º No ato da matrícula, os candidatos aprovados e classificados deverão apresentar a documentação estabelecida em edital.

§ 2º O discente matriculado receberá número de matrícula que o identificará como discente regular do PPGET no IFAM.

Art. 91. Não será permitida a matrícula simultânea em mais de um Programa ou Curso no IFAM, ao ser confirmada tal situação, uma delas será anulada.

Art. 92. O discente do Programa, no Curso de Mestrado ou Doutorado, deverá efetuar a renovação da matrícula regularmente, em cada período letivo, nos prazos fixados pela Coordenação do Programa, até a defesa da dissertação ou tese e do produto educacional.

§ 1º A matrícula de discentes estrangeiros fica condicionada à apresentação de documentos de identidade válido e de visto temporário ou permanente, atestando situação regular no país para tal fim.

§ 2º Aplicam-se as mesmas regras do *caput* deste artigo aos docentes estrangeiros.

§ 3º A matrícula de discentes estrangeiros fica condicionada à apresentação de prova de proficiência na Língua Portuguesa.

§ 4º No ato da matrícula, o discente com deficiência ou com necessidade educacional específica, deverá solicitar formalmente os recursos humanos e/ou equipamentos necessários para acompanhamento das aulas e/ou avaliações.

Seção III

Do rendimento escolar

Art. 93. O sistema de avaliação do discente no Curso abrange:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
CONSELHO SUPERIOR

I - avaliações relativas às disciplinas do Mestrado ou Doutorado, conforme a natureza do curso;

II - avaliações relativas às demais atividades desenvolvidas no período do Curso de Mestrado ou Doutorado, conforme definido na Estrutura Curricular; e

III - avaliação do exame de qualificação e defesa de dissertação ou tese e do produto educacional, conforme a natureza do curso.

Art. 94. O desempenho do discente em cada disciplina será avaliado por meio de diferentes instrumentos e critérios, expresso em notas de zero (0) a dez (10), sendo considerado aprovado o discente que obtiver nota mínima seis (6,0) e frequência mínima de setenta e cinco por cento (75%) em qualquer disciplina.

Art. 95. O discente que for reprovado em determinada disciplina poderá solicitar revisão de avaliação, no prazo de setenta e duas (72) horas, considerando os dias úteis, a contar da divulgação do resultado, que será submetida ao Colegiado do Programa para as providências necessárias.

Art. 96. O discente que reprovar em qualquer disciplina poderá repeti-la uma única vez.

Art. 97. O discente poderá aproveitar disciplinas eletivas cursadas no mesmo nível acadêmico em outras instituições de ensino, desde que estejam correlacionadas com a matriz curricular do curso no PPGET e/ou tenha afinidade com as linhas de pesquisa do Programa, e aceitas para contagem de créditos até o limite de um terço (1/3) do total de créditos de disciplinas do Curso.

§ 1º O aproveitamento de disciplinas eletivas que trata o *caput* deste artigo, desde que cursadas num período inferior ou igual a cinco (05) anos, a contar da data de solicitação do discente, devendo a solicitação ser encaminhada à Coordenação do Programa com aval do orientador.

§ 2º O aproveitamento de créditos obtidos em disciplinas que trata o *caput* acontecerá mediante requerimento do discente à Coordenação do Programa, preenchido em formulário específico, e constando a ementa da disciplina, o plano de curso e declaração ou documento equivalente da instituição em que a disciplina foi cursada, o período em que a disciplina foi cursada, carga horária, frequência e a nota obtida.

§ 3º É vedado o aproveitamento de disciplinas definidas como obrigatórias.

Art. 98. O discente que fizer mestrado no PPGET e for aprovado no Doutorado do PPGET poderá aproveitar os créditos de disciplinas obrigatórias e eletivas cursadas.

§ 1º O aproveitamento de disciplinas que trata o *caput* deste artigo, desde que cursadas num período inferior ou igual a cinco (05) anos, a contar da data de solicitação do discente, devendo a solicitação ser avaliada pelo Colegiado de Programa, mediante pedido do discente, com aval do orientador.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
CONSELHO SUPERIOR

§ 2º O aproveitamento de créditos obtidos em disciplinas que trata o *caput* acontecerá mediante requerimento do discente à Coordenação do Programa, preenchido em formulário específico, e constando a ementa da disciplina, o plano de curso e declaração ou documento equivalente da instituição em que a disciplina foi cursada, constando, no mínimo, o período em que a disciplina foi cursada, carga horária, frequência e a nota obtida.

Art. 99. Para concluir o Curso de Mestrado Profissional em Ensino Tecnológico, o discente deverá:

- I - cumprir a exigência mínima de frequência;
- II - ser aprovado nas disciplinas;
- III - completar o número de créditos exigidos pelo Curso (conforme consta no Art. 66);
- IV - ser aprovado no exame de proficiência em língua estrangeira;
- V - se estrangeiro, ser aprovado na proficiência da Língua Portuguesa;
- VI - ser aprovado no exame de qualificação;
- VII - ser aprovado na defesa pública da dissertação e do produto educacional; e
- VIII - ter entregue a versão definitiva da dissertação e do produto educacional.

Art. 100. Para concluir o Curso de Doutorado em Ensino Tecnológico, o discente deverá:

- I - cumprir a exigência mínima de frequência;
- II - ter aproveitamento nas disciplinas;
- III - completar o número de créditos exigidos pelo Curso (conforme consta no Art. 67);
- IV - ser aprovado no exame de proficiência em dois idiomas estrangeiros;
- V - se estrangeiro, ser aprovado na proficiência da Língua Portuguesa;
- VI - ser aprovado no exame de qualificação;
- VII - ser aprovado na defesa pública da tese e do produto educacional; e
- VIII - ter entregue a versão definitiva da tese e produto educacional.

Seção IV

Do Cancelamento de disciplina

Art. 101. Ao discente será permitido cancelar matrícula em disciplina, com a concordância do orientador, não sendo a disciplina incluída em seu histórico.

§ 1º Considera-se cancelamento de disciplina o recurso disponível ao discente quando este deseja anular o efeito de sua inscrição em uma disciplina, antes do início da mesma ou até ter transcorrido 25% da carga horária total da disciplina, não sendo possível o cancelamento de todas as disciplinas do período.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CONSELHO SUPERIOR

§ 2º O cancelamento não implicará efeito suspensivo em relação aos prazos máximos regimentais.

Art. 102. Para ser concedido o cancelamento de disciplina, deverão ser atendidas as seguintes condições:

I - preenchimento do requerimento contendo os motivos da solicitação assinado pelo discente e com o parecer favorável do orientador; e

II - o cancelamento de disciplina deve observar o cumprimento dos créditos exigidos para a integralização do curso.

Seção V

Do Trancamento de Matrícula

Art. 103. O trancamento configura-se em uma suspensão temporária da matrícula do discente, sem a perda do vínculo com a Instituição.

Art. 104. O discente matriculado no PPGET poderá, mediante solicitação, com anuência do orientador, trancar matrícula por, no máximo, seis (06) meses para o mestrado e doze (12) meses para o doutorado.

§ 1º O tempo de trancamento não será computado para efeito de integralização do curso.

§ 2º O trancamento de matrícula poderá ser cancelado a qualquer momento, por iniciativa do discente.

§ 3º Não será permitido o trancamento da matrícula nas seguintes condições:

I - no primeiro e no último período letivo; ou

II - em período de prorrogação de prazo para conclusão do curso.

§ 4º O trancamento de matrícula só poderá ser requerido uma única vez, exceto por doença grave sua ou de familiares, desde que não extrapole o prazo máximo de integralização do Curso.

Art. 105. Para ser concedido o trancamento de matrícula, deverão ser atendidas as seguintes condições:

I - o requerimento para trancamento deverá conter os motivos da solicitação, devidamente documentados, assim como o prazo pretendido;

II - em caso de solicitação por motivo de doença grave, o discente deverá incluir atestado médico expedido por profissional da área e endossado pelo setor médico do *campus*; e,

III - requerimento, assinado pelo discente e com parecer favorável do orientador, que deve ser encaminhado via Protocolo do *campus* Manaus Centro à Coordenação do Programa.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CONSELHO SUPERIOR

Art. 106. Durante o período de trancamento, o discente não poderá receber bolsa, cabendo, a Comissão de Bolsas acompanhar o processo, e a Coordenação do Programa informar a situação a agência de fomento na qual o discente consta como bolsista.

Art. 107. O discente fica dispensado da entrega de relatórios de atividades e da realização da matrícula semestral no período do trancamento.

Art. 108. Os discentes poderão usufruir de licença maternidade ou paternidade e adoção, desde que solicitada, conforme legislação nacional e Resolução do IFAM em vigor.

Seção VI
Do desligamento e abandono

Art. 109. O discente será desligado do Programa, quando ocorrer pelo menos uma das seguintes situações:

- I - por sua própria solicitação;
- II - não se matricular regularmente, em cada período letivo, dentro do prazo fixado pelo calendário acadêmico;
- III - obtiver reprovação em três disciplinas;
- IV - for reprovado pela segunda vez na mesma disciplina;
- V - cometer plágio, devidamente comprovado, em qualquer trabalho apresentado no curso e demais produções intelectuais;
- VI - não cumprir com os prazos máximos definidos para o exame de qualificação, defesa de dissertação ou tese e do produto educacional;
- VII - for reprovado pela segunda vez no exame de qualificação;
- VIII - for reprovado pela segunda vez na defesa de dissertação ou tese e do produto educacional;
- IX - for advertido formalmente pela terceira (3ª) vez por apresentar comportamento agressivo, calunioso e difamatório para com os professores, discentes e demais servidores do IFAM;
- X - não cumprimento do prazo máximo fixado neste Regimento para integralização de créditos no Curso;
- XI - não cumprimento do depósito da dissertação ou tese e do produto educacional após a defesa de dissertação ou tese.

Art. 110. Será considerado abandono do Curso, o discente que, em qualquer período letivo regular, não frequentar as disciplinas ou quaisquer outras atividades programadas as quais esteja matriculado.

Parágrafo único. O disposto no *caput* deste artigo não se aplicará ao discente que estiver com os estudos interrompidos, na forma deste Regimento.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
CONSELHO SUPERIOR

Art. 111. O desligamento e abandono de discente será deliberado pelo Colegiado do Programa, após exercício do direito de defesa pelo interessado.

Seção VII

Das orientações das dissertações ou teses e produtos educacionais

Art. 112. Todo discente será orientado individualmente por um professor credenciado no Curso.

§ 1º Poderá haver coorientação das dissertações ou teses e produtos educacionais mediante solicitação encaminhada pelo orientador via protocolo institucional para a Coordenação do Programa, de acordo com as normas deste Regimento.

§ 2º Quando o orientador for um professor visitante, o discente deverá ter, obrigatoriamente, um coorientador que seja da categoria de Docente Permanente do Programa.

§ 3º É permitida a troca de orientador até o 12º mês a contar da data da primeira matrícula no Curso para discentes do mestrado e até 18º mês a contar da data da primeira matrícula no Curso para discentes do doutorado, mediante exposição detalhada de motivos, com anuência do orientador e orientando, com a homologação do Colegiado do Programa.

Art. 113. Os professores orientadores providenciarão a inserção de seus orientandos em seus projetos e em seus grupos de pesquisa.

CAPÍTULO III

DAS DISSERTAÇÕES E TESES E PRODUTOS EDUCACIONAIS

Seção I

Do exame de qualificação

Art. 114. Para os discentes do mestrado, recomenda-se a realização de Exame de Qualificação até o 13º mês, a contar da data da primeira matrícula no curso.

Parágrafo único. O prazo máximo para realização do Exame de Qualificação não deve ultrapassar o 18º mês, a contar da data da primeira matrícula do discente no curso, sob pena de seu desligamento.

Art. 115. No Exame de Qualificação, o trabalho de pesquisa do discente do mestrado será avaliado por uma Banca Examinadora formada por cinco (05) membros, professores doutores, sendo três (03) titulares, e dois (02) suplentes, sendo um interno ao PPGET e outro externo ao PPGET e ao IFAM. O presidente será o orientador do mestrando, um membro titular será um membro interno do Curso, e o outro um membro externo ao PPGET e ao IFAM. Para o exame de qualificação deve-se assim proceder:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
CONSELHO SUPERIOR

I - o discente juntamente com o professor orientador encaminhará à Coordenação do Programa, em formulário específico, divulgado na página web do Programa, a solicitação de Exame de Qualificação;

II - o formulário referente ao Exame de Qualificação encaminhado à Coordenação do Programa deverá ser aprovado pelo Colegiado;

III - após a homologação da Banca Examinadora pelo Colegiado do Programa, o discente terá que retirar na Secretaria Acadêmica a carta convite que deverá ser entregue juntamente com o texto da qualificação para os membros titulares e suplentes;

IV - o texto da qualificação e a carta convite deverão ser entregues para os membros titulares e suplentes da banca no prazo mínimo de trinta (30) e máximo de quarenta e cinco (45) dias de antecedência da data da qualificação;

V - no Exame de Qualificação, caso o discente não consiga aprovação, poderá repeti-lo uma única vez, no prazo máximo de seis (06) meses após a data do Exame anterior.

Art. 116. Para os discentes do doutorado, recomenda-se a realização de Exame de Qualificação até o 25º mês, a contar da data da primeira matrícula do discente no curso.

Parágrafo único. O prazo máximo para realização do Exame de Qualificação não deve ultrapassar o 30º mês, a contar da data da primeira matrícula do discente no curso, sob pena de seu desligamento.

Art. 117. No Exame de Qualificação, o trabalho de pesquisa do discente do doutorado será avaliado por uma Banca Examinadora formada por sete (07) membros, professores doutores, sendo cinco (05) titulares, e dois (02) suplentes. O presidente será o orientador do doutorando, dois (02) membros titulares serão membros internos do Curso, e os outros dois (02) membros externos ao PPGET e ao IFAM. Quanto aos suplentes, um (01) será interno ao PPGET e outro externo ao PPGET e ao IFAM. Para o exame de qualificação deve-se assim proceder:

I - o discente juntamente com o professor orientador encaminhará à Coordenação do Programa, em formulário específico, divulgado na página web do Programa, a solicitação de Exame de Qualificação;

II - o formulário referente ao Exame de Qualificação encaminhado à Coordenação do Programa deverá ser aprovado pelo Colegiado;

III - após a homologação da Banca Examinadora pelo Colegiado do Programa, o discente terá que retirar na Secretaria Acadêmica a carta convite que deverá ser entregue juntamente com o texto da qualificação e do produto educacional para os membros titulares e suplentes;

IV - o texto da qualificação, o produto educacional e a carta convite deverão ser entregues para os membros titulares e suplentes da banca no prazo mínimo de trinta (30) e máximo de quarenta e cinco (45) dias de antecedência da data da qualificação;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
CONSELHO SUPERIOR

V - no Exame de Qualificação, caso o discente não consiga aprovação, poderá repeti-lo uma única vez, no prazo máximo de seis (06) meses após a data do Exame anterior.

Art. 118. Os membros externos ao Programa, pertencentes a Banca Examinadora, devem ter experiência acadêmico-científica na área de Ensino na qual a pesquisa está relacionada e estar, preferencialmente, vinculado a um Programa de Pós-Graduação na modalidade Profissional, pertencente a instituições de ensino e/ou pesquisa.

§ 1º No caso de membro externo para a Banca Examinadora no Doutorado, o professor deve atuar, preferencialmente, em Curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, respeitando-se as demais exigências mencionadas no *caput*.

§ 2º Caso o membro externo não seja residente em Manaus, será facultada a sua participação a distância, a partir do uso de recursos tecnológicos.

§ 3º Também no caso de o membro externo não ser residente em Manaus, poderá encaminhar seu parecer, por escrito, sobre o trabalho de pesquisa desenvolvido pelo mestrando ou doutorando. O respectivo documento será lido pelo presidente da banca, durante o exame de qualificação.

Seção II

Defesa de dissertação ou teses e produtos educacionais

Art. 119. Aprovado em todas as disciplinas a que estiver obrigado, cumprido o exame de qualificação e as demais atividades acadêmicas, o discente do mestrado deverá defender em sessão pública sua Dissertação e produto educacional cujo julgamento será feito por uma Banca Examinadora. Para a defesa da dissertação e produto educacional deve-se assim proceder:

I - o discente deverá encaminhar a Coordenação do Programa, formulário de integralização de créditos devidamente preenchido;

II - após a comprovação da integralização de crédito, o discente juntamente com o professor orientador encaminhará à Coordenação do Programa, em formulário específico, divulgado na página web do Programa, a solicitação de Defesa da Dissertação e do Produto Educacional;

III - no formulário deve constar a indicação da Banca Examinadora composta por cinco (05) professores doutores. O Professor Orientador assumirá a presidência, o segundo membro será um professor doutor do curso, o terceiro membro será um Professor Doutor externo ao corpo docente do Curso e ao IFAM, e o quarto e o quinto membros serão Professores Doutores suplentes, sendo um interno ao PPGET e outro externo ao PPGET e ao IFAM;

IV - o formulário referente a Defesa de Dissertação e Produto Educacional, encaminhado à Coordenação do Programa, deverá ser aprovado pelo Colegiado;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
CONSELHO SUPERIOR

V - após a homologação da Banca Examinadora pelo Colegiado do Programa, o discente terá que retirar na Secretaria Acadêmica a carta convite que deverá ser entregue juntamente com a dissertação e o produto educacional para os membros titulares e suplentes; e

VI - a dissertação, o produto educacional e a carta convite deverão ser entregues para os membros titulares e suplentes da banca no prazo mínimo de trinta (30) e máximo de quarenta e cinco (45) dias de antecedência da data da defesa.

Art. 120. Aprovado em todas as disciplinas a que estiver obrigado, cumprido o exame de qualificação e as demais atividades acadêmicas, o discente do doutorado deverá defender em sessão pública sua Tese e Produto Educacional cujo julgamento será feito por uma Banca Examinadora. Para a defesa da tese e produto educacional deve-se assim proceder:

I - o discente deverá encaminhar a Coordenação do Programa, formulário de integralização de créditos devidamente preenchido;

II - após a comprovação da integralização de crédito, o discente juntamente com o professor orientador encaminhará à Coordenação do Programa, em formulário específico, divulgado na página web do Programa, a solicitação de Defesa de Tese e do Produto Educacional;

III - no formulário deve constar a indicação da Banca Examinadora composta por sete (07) professores doutores. O Professor Orientador assumirá a presidência, o segundo e terceiro membros serão professores internos do Curso, o quarto e o quinto membros serão professores externos ao PPGET e ao IFAM. O sexto e sétimo membros serão professores doutores suplentes, sendo um interno ao PPGET e outro externo ao PPGET e ao IFAM;

IV - o formulário referente a Defesa de Tese e Produto Educacional, encaminhado à Coordenação do Programa, deverá ser aprovado pelo Colegiado;

V - após a homologação da Banca Examinadora pelo Colegiado do Programa, o discente terá que retirar na Secretaria Acadêmica a carta convite que deverá ser entregue juntamente com a tese e o produto educacional para os membros titulares e suplentes; e

VI - a tese, o produto educacional e a carta convite deverão ser entregues para os membros titulares e suplentes da banca no prazo mínimo de trinta (30) e máximo de quarenta e cinco (45) dias de antecedência da data da defesa.

Art. 121. Na sessão de Defesa Oral, o candidato terá de vinte (20) até quarenta e cinco (45) minutos para apresentação pública de sua pesquisa (dissertação ou tese e produto educacional), seguida da arguição dos membros da banca, sob a presidência do orientador, obedecendo ao tempo máximo de sessenta (60) minutos para cada membro.

§ 1º O candidato que for aprovado pela Banca Examinadora será considerado apto a receber o título de Mestre ou Doutor em Ensino Tecnológico, conforme o caso, desde que cumpra com a entrega da versão final da dissertação ou tese e do produto educacional.

§ 2º O candidato que for reprovado pela Banca Examinadora poderá solicitar uma nova defesa de dissertação ou tese e do produto educacional no prazo mínimo de três (03) meses e no máximo seis (06) meses, em uma única vez.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
CONSELHO SUPERIOR

§ 3º Não haverá recurso contra a avaliação e parecer emitidos pela Banca Examinadora da dissertação ou tese e produto educacional.

Art. 122. O idioma da dissertação, tese e do produto educacional é o português, com o resumo também em inglês.

Parágrafo único. A critério da Coordenação do Programa, e com as devidas justificativas, a dissertação ou tese e produto educacional poderá ser escrito em inglês com resumo estendido em português.

Seção III

Entrega de Versão Final da dissertação ou tese e produto educacional

Art. 123. No caso dos discentes aprovados, e feitas as devidas correções na dissertação ou tese e produto educacional, conforme sugestões da Banca Examinadora e supervisão do orientador, o discente é obrigado a entregar, na Secretaria do Programa, até sessenta (60) dias após a defesa:

I - duas (2) vias impressas e encadernadas da dissertação ou tese em formato capa dura, e em caso de bolsista três (3) vias impressas;

II - duas (02) vias impressas do produto educacional, e em caso de bolsista três (3) vias impressas;

III - uma (01) mídia com o arquivo digital da dissertação ou tese e do produto educacional. A mídia precisa conter dois arquivos em PDF, um referente à dissertação ou tese e outro referente ao produto educacional; e

IV - documento de autorização para publicação devidamente assinado pelo discente e pelo docente orientador, conforme Regimento Interno do Programa

Art. 124. O encaminhamento dos trâmites, para concessão do diploma, será feito após a entrega das cópias de que trata o artigo anterior e apresentada a documentação necessária solicitada pela Secretaria do Programa.

CAPITULO IV

DOS TÍTULOS E DIPLOMAS

Art. 125. São requisitos para a obtenção do título de Mestre ou Doutor em Ensino Tecnológico:

I - completar o número mínimo de créditos exigidos pelo referido Curso;

II - ser aprovado no(s) exame(s) de proficiência em idioma(s) estrangeiro(s) exigido(s) pelo referido Curso;

III - se estrangeiro, ser aprovado na proficiência da Língua Portuguesa;

IV - ser aprovado no exame de qualificação;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
CONSELHO SUPERIOR

V - ser aprovado na defesa pública de dissertação ou tese e do produto educacional, conforme o Curso;

VI - ter entregue a versão definitiva da dissertação ou tese e do produto educacional, juntamente com os documentos de autorização de publicação;

VII - apresentar declaração "Nada Consta" da Biblioteca Central; e

VIII - ter cumprido as demais exigências do Curso.

Parágrafo único. O diploma de Mestre ou Doutor em Ensino Tecnológico será entregue no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da entrega da versão final da dissertação ou tese e produto educacional.

CAPITULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 126. Este Regimento Interno é válido para os discentes ingressantes no Programa de Pós-Graduação em Ensino Tecnológico - PPGET (curso de Mestrado e Doutorado) a partir de 2021.

Art. 127. Cabe aos partícipes da administração do PPGET/IFAM zelar e comprometer-se com o cumprimento do Regimento Interno do Programa, do Regulamento Geral dos Programas e Cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu* do IFAM e demais Regulamentos da Instituição.

Art. 128. Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado do Programa e homologados pela Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação do *Campus* Manaus Centro (DIPESP), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, *Campus* Manaus Centro.

Art. 129. Este Regimento entrará em vigor, conforme previsto no art. 3º da Resolução nº 48-CONSUP/IFAM de 16 de julho de 2021, a partir da data de sua publicação.

Reitor e Presidente do Conselho Superior